


Desafios para a democratização da educação no Brasil

Yatamuri Rafaelly Cosme da Silva ⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Kévila Walêssa Galdino da Silva ⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

Thaise Maiara Rodrigues Gama ⁱⁱⁱ 

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil

1

Resumo

Na Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser considerada direito de todos, sendo dever do Estado e da família. Entretanto, há muitas lacunas no que tange a concretização da garantia do acesso à educação, uma vez que se trata de um processo complexo que envolve diversos segmentos da educação. Neste contexto, o presente trabalho objetiva fomentar discussões sobre os desafios na democratização do ensino no Brasil, mediante uma pesquisa bibliográfica, utilizando os estudos de Paro (2001, 2007, 2008) e Formosinho (2007). Compreendendo a democratização da educação como meio de proporcionar o direito à educação em maior amplitude, conclui-se que, em um país marcado por tantas desigualdades, a democratização da educação apresenta-se como uma possibilidade de reparação histórica às massas.

Palavras-chave: Direito à educação. Gestão democrática. Democratização do ensino.

Challenges for the democratization of education in Brazil

Abstract

In the Federal Constitution of 1988, education is considered a right for all, being the duty of the State and the family. However, there are many gaps regarding the achievement of guaranteed access to education, since it is a complex process that involves different segments. In this context, this work aims to promote discussions about the challenges in the democratization of education in Brazil, through a bibliographical research, using the studies of Paro (2001, 2007, 2008) and Formosinho (2007). Considering the democratization of education as a means of providing the right to education in a greater extent, it is concluded that, in a country marked by so many inequalities, the democratization of education is presented as a possibility of historical reparation for the masses.

Keywords: Right to education. Democratic management.

1 Introdução

A ideia de direito à educação para todos é algo relativamente recente no Brasil. Com forte histórico de exclusão das massas, a discussão sobre uma educação que possa abarcar a sociedade em sua totalidade só surge a partir de 1932, com o primeiro Manifesto dos Pioneiros. Na Constituição Federal de 1988, ela passa a ser considerada direito de todos, sendo dever do Estado e da família. Entretanto, há muitas lacunas no que tange a sua concretização.

2

A escassez de políticas de Estado que objetivem garantir o acesso à educação dá margem para os governantes administrarem conforme os seus interesses. Dessa forma, é imposto às escolas atender às demandas do governo, constringendo a gestão, o currículo e as práticas educativas locais, afetando diretamente o curso da democratização da educação. Logo, trata-se de um processo complexo envolvendo diversos segmentos da educação e, portanto, enfrenta muitos obstáculos.

Diante disso, o presente trabalho objetiva fomentar discussões sobre os desafios na democratização do ensino no Brasil, mediante pesquisa bibliográfica, utilizando os estudos de Paro (2001, 2007, 2008) e Formosinho (2007). Ademais, a relevância desse estudo encontra-se na compreensão da democratização da educação como meio de proporcionar o direito à educação em maior amplitude.

2 Metodologia

O presente trabalho caracteriza-se como pesquisa social, a qual, na visão de Gil (2008), é possível definir como “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social” (GIL, 2008, p. 26). Segundo o mesmo autor, ela pode ser utilizada em estudos das mais variadas ciências sociais.

A pesquisa social possui três níveis diferentes, sendo eles: exploratório, descritivo e explicativo. Com base nos objetivos propostos, este estudo configura-se como sendo de caráter exploratório. Gil (2002, p. 41) afirma que:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. [...]

Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso [...].

3

A pesquisa é fundamentada em obras de Paro (2001, 2007 e 2008) que discutem o propósito da escola e da educação no atual contexto das políticas neoliberais, apontando alternativas que poderiam contribuir para uma educação democrática. Bem como, na defesa de Formosinho (2007) por uma pedagogia participativa, a qual dá voz às necessidades e vivências dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Logo, contribuindo para a democratização do ensino.

3 Gestão democrática

As políticas educacionais são implementadas aspirando a concretização do direito à educação. Apesar disso, ao serem utilizadas como meios para a sobreposição dos interesses do governo, desencadeiam a aproximação com o sistema econômico capitalista. O qual, por sua vez, distancia a educação do seu real propósito, que, na visão de Vitor Paro (2001), é a construção da humanidade do educando, ou seja, o estímulo sobre a apropriação da cultura constituída histórica e coletivamente.

Atualmente, o governo provoca o desmonte e a precarização da educação, ao instituir políticas neoliberais, transferindo as suas responsabilidades para instituições como a família. Enfatizando as problemáticas relacionadas ao abandono da escola pelo Estado, Medeiros (2007, p. 47) observa que essa situação

[...]traz consequências profundas para a concretização da democracia e da participação na escola, uma vez que os sujeitos escolares enfrentam a depreciação da auto-estima, cujas marcas mais visíveis se refletem na desmotivação e no descontentamento.

Isso proporciona o cenário perfeito para a implementação da racionalidade instrumental, a qual relaciona-se às demandas do mercado e do Estado, sendo voltada ao dinheiro, ao lucro e à exploração. Dessa forma, enfatiza-se na educação a qualificação focada no mercado de trabalho. Paro (2008) salienta que essa prática contribui para o entendimento da escola como mercadoria, acentuando-a como mera transmissora de conhecimentos.

O gerencialismo, termo referente à adesão dos modelos da gestão empresarial dentro das instituições de ensino, perpetua as relações verticais de poder. Nesse cenário, o diretor posiciona-se no ápice da autoridade, sendo o responsável pelas decisões e pela fiscalização do ambiente escolar, atuando como uma espécie de representante dos interesses do Estado. Destarte, há a restrição da participação coletiva nos planejamentos e decisões da escola.

Por conseguinte, isso interfere diretamente no exercício da educação democrática e emancipatória, destacando a necessidade de uma gestão na qual possa existir relações horizontais entre os indivíduos. Guedes (2021, p. 4) considera “[...] a descentralização uma importante contribuição para a autonomia da escola quando possibilita que a liberdade de decisão esteja presente em todos os sujeitos que a constitui [...]”. Ela afirma, também, que se pretende com a descentralização,

[...] favorecer a autonomia necessária para que as instituições de ensino possam atender as comunidades em que se encontram, de forma mais eficaz, sem burocracia e que garanta um ensino mais coerente com a realidade local. Porém, essa maior autonomia diminui a possibilidade de controle pelos órgãos superiores da educação e coloca a escola com mais responsabilidades quanto a sua organização, gestão e direcionamento pedagógico - curricular, a partir disso é que se entende que essa autonomia deva ser vinculada a participação da comunidade escolar (GUEDES, 2021, p. 4).

Paro (2008) sinaliza uma alternativa à centralização existente nas instituições de ensino: a gestão colegiada e a necessidade de “[...]um fortalecimento dos mecanismos de participação coletiva - conselho de escola, grêmios estudantis e associação de pais [...]” (p. 131).

A gestão colegiada é um sistema no qual se incentiva a formação de conselhos, visando a inserção ou aproximação dos pais, professores, funcionários, alunos, direção e comunidade no ambiente escolar. Segundo Paro (2008), ela favorece a vinculação dos interesses do povo na escola.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola (PARO, 2001, p. 10).

5

Com isso, é possível dizer que a gestão democrática pode atuar como auxílio na democratização do ambiente educacional, por meio da participação ativa da comunidade na tomada de decisões, afetando todos os segmentos da educação.

4 A democratização do currículo

Há muitas controvérsias no que diz respeito ao conceito de currículo. No decorrer da história, se desenvolveram discursos variados a fim de defini-lo, estabelecendo-se uma constante disputa em torno da sua própria significação. No entanto,

[...]Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado de currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo[...] (LOPES; MACEDO, 2011, p. 19).

Assim, ele desempenha um papel extremamente importante no fazer educação. Uma vez que é o responsável por organizar as experiências de aprendizagem, para mudar o cenário atual da educação faz-se necessário pensar a democratização do currículo.

Paro (2008) observa que a formação democrática possui, também, uma dimensão social da qualidade de ensino, sendo de suma importância acentuar a pluralidade do homem. Este é definido pela condição de ser social e histórico, isto é, apropria-se daquilo que produz. No tocante à educação, a cultura possibilita a

constituição do ser-sujeito capaz de contribuir como bem-estar social, respeitando as subjetividades. Destarte, questiona-se a educação que não desenvolve a compreensão de qualidades humanas que contribuem para a democracia. O currículo precisa ser pensado para ir além da formação científica, contemplando a formação integral dos indivíduos. Conforme Paro (2008, p. 131):

6

[...] questões relacionadas à ética, à política, a arte, ao cuidado pessoal e uso do corpo e tantos outros temas relacionados ao viver bem das pessoas e grupos não podem constituir apenas “temas transversais” a compor versões escritas de currículo, mas transforma-se em temas *centrais* na prática diária das escolas.

Isso posto, o conteudismo estabelecido nas composições dos currículos se mostra contrário e ineficaz no desenvolvimento de uma educação democrática. O redimensionamento democrático da educação exige a superação dessa visão, de forma a ampliar o espaço para temáticas, por vezes, pouco exploradas nas instituições de ensino. Dessa forma, a participação da comunidade na construção das propostas curriculares faz-se necessária em prol de melhor adequá-las ao contexto da escola, uma vez que os currículos definem quais conhecimentos são importantes. Assim, mais realidades podem ser alcançadas, conseqüentemente, incluindo mais pessoas e democratizando a definição do que se considera conhecimento legítimo e ilegítimo.

Ademais, as práticas educativas devem romper com a tradição que perdura nas escolas, a qual limita-se a transmissão do conhecimento do professor para o aluno, fornecendo ao corpo estudantil maior protagonismo no seu desenvolvimento .

5 O papel da pedagogia participativa para a democratização da educação

Na contemporaneidade, o que é chamado de pedagogia tradicional faz referência às práticas educativas focadas no conteúdo a ser ensinado e no professor como detentor do conhecimento, colocando o aluno como mero espectador. Apesar de muito criticadas, essas práticas perduram na grande maioria das escolas. Para Júlia Oliveira Formosinho (2007), isso acontece devido a algumas características

desse modo de ensino, como a simplicidade, a segurança de sua existência e a previsibilidade, tornando-o mais confortável.

Entretanto, essa prática dificulta a democratização da educação, visto que o educador atua como o centro do processo educativo. Nesse contexto, são desconsiderados os interesses e as vivências dos educandos em virtude de um único ponto de vista, contribuindo na perpetuação das relações verticais de poder. Visando alterar essa realidade, “[...] a estrutura da escola deve assumir uma forma democrática, que favoreça a vontade dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico” (PARO, 2008, p. 130).

Nesse sentido, Formosinho (2007) defende o que chama de ‘pedagogia da infância’, ou ‘pedagogia da participação’. Segundo ela, essa faz jus ao direito que as crianças possuem de serem autônomas e participantes ativas na construção do conhecimento, contrariando a pedagogia tradicional.

A pedagogia da participação desloca o seu foco para as crianças, chamadas por Formosinho (2007) de atores, as quais são seres ativos que constroem uma interação entre saberes, práticas e crenças. Porém, diferentemente da pedagogia tradicional, não é tão simples implementá-la na prática. Um dos maiores desafios encontra-se no fato de que “[...] a construção do conhecimento pela criança necessita de um contexto social e pedagógico que sustente, promova, facilite, celebre a participação [...]” (FORMOSINHO, 2007, p. 22). Dessa modo, um contexto bem estruturado pedagogicamente, capaz de proporcionar à criança a chance de construir participativamente o conhecimento, bem como um ambiente que possibilite aos atores manterem relações uns com os outros, compartilhando metas e criando memórias, faz-se extremamente importante.

Isso posto, vê-se a necessidade de harmonia entre os contextos dos atores e da ação pedagógica, integrando as experiências dos educandos e os conteúdos constituintes do currículo, a fim de que não se exclua nenhum deles. Pois, a construção de relações horizontais dentro do contexto educacional exige maior interação entre os elementos que o integram, direta e indiretamente.

6 Considerações finais

É importante compreender que acesso à escola não necessariamente significa acesso à educação. Além de garantir o ingresso à escola, é preciso fornecer condições de permanência, implicando diretamente na necessidade de abertura para participação ativa dos indivíduos nas decisões que influenciam o seu desenvolvimento. Os problemas com infraestrutura, frente ao descaso do Estado, assim como as políticas e os currículos não condizentes com a realidade dos estudantes e as práticas educativas que não estimulam ou permitam a atuação deles no processo de aprendizagem, podem gerar desânimo e, em alguns casos, abandono da escola.

Nessa perspectiva, a democratização da educação funciona como uma forma de considerar a pluralidade existente no ambiente escolar. Conforme é concedida voz aos envolvidos, abre-se espaço em direção a discussões sobre o que, supostamente, é o melhor ou mais importante para a educação, em virtude dos interesses da maioria. Uma vez que essa é ignorada ao ser submetida aos interesses do Estado, que, por sua vez, condizem com questões históricas e sociais endossadas pelos grupos dominantes. Assim, em um país como o Brasil, marcado por tantas desigualdades, a democratização do ensino surge como possibilidade de reparação histórica às massas.

No entanto, para concretizar isso, é preciso realizar reformas abrangendo desde as políticas até a prática docente em sala de aula, sendo a autonomia, a descentralização e a participação os princípios básicos para uma educação democrática.

Referências

FAZENDO ESCOLA - A HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA GESTÃO ESCOLAR. Direção de Obsair Marquez do Carmo. Produção de Gécie Campos. Realização de Tv Escola. Coordenação de Sandra Matoyani. Roteiro: Érika Bauer. S.I: Gw Comunicação, 2011. (56 min.) Disponível em: <https://youtu.be/lcTVOtoCH-4>. Acesso em: 20 mar. 2021.

FORMOSINHO, Júlia Oliveira. **Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação**. 2007

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA. S.l: Vitor Henrique Paro, 2013. (121 min.) Disponível em: <https://youtu.be/WhvyRmJatRs>. Acesso em: 23 mar. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed - São Paulo. Atlas, 2002.

9

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed - São Paulo. Atlas, 2008.

GUEDES, Neide Cavalcante. **A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola**. Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815/3933>. Acesso em: 02 de agosto de 2021.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. **Administração Educacional e racionalidade: o desafio pedagógico**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007. p. 44-50.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Estrutura da escola e prática educacional democrática**. Anais. Rio de Janeiro: Anped, 2007. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental**. In: RBPAE – v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaeaquilidadeoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ⁱ Yatamuri Rafaelly Cosme da Silva, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9121-8811>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE/UERN). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia.

Contribuição de autoria: autoria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4199173811613859>.

E-mail: yatamurirafaelly@gmail.com

ii **Kévila Walêssa Galdino da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7923-7881>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE/UERN). Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Pedagogia.

Contribuição de autoria: coautoria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5841797782271783>

E-mail: kevilawalessa@gmail.com

iii **Thaise Maiara Rodrigues Gama**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8221-3215>

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FE/UERN). Bolsista voluntária do Laboratório de Práticas Educativas (LAPE).

Contribuição de autoria: coautoria.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0785026177216543>

E-mail: tthaisegama@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, Yatamuri Rafaelly Cosme da; SILVA, Kévila Walêssa Galdino da Silva; GAMA, Thaise Maiara Rodrigues. Desafios para a democratização da educação no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-10, 2021.